

Senadores discutem saídas para a violência

Ribamar Fiquene apóia proposta de Antonio Carlos Magalhães e diz que as Forças Armadas devem ajudar os estados a garantirem segurança nas cidades brasileiras. Pedro Simon defende a implantação de serviço civil voluntário

“O papel das Forças Armadas não pode se restringir à defesa em relação aos agressores externos”

Ribamar Fiquene



“Quando o jovem procura emprego, não encontra. Quer ter sua casinha, não tem condições. A sociedade nada lhe oferece”

Pedro Simon



As possíveis soluções para o problema da violência foram o principal tema da sessão de ontem do Senado. Para o senador Ribamar Fiquene, as Forças Armadas devem ajudar a garantir segurança à população. Enfatizando a necessidade de abrir novas perspectivas de vida a milhões de jovens, Pedro Simon sugeriu que os brasileiros carentes nessa faixa etária sejam empregados em serviço civil voluntário, para serem estimulados a escapar da criminalidade.

PÁGINA 3

Durante o debate realizado no Plenário do Senado, também foram analisadas questões como as causas da violência e o fim de programas sociais do governo federal

ALTOS VALORES

R\$ 315 milhões

foi quanto a Previdência arrecadou **entre julho de 1999 e fevereiro de 2000**, como consequência de reclamações trabalhistas

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social

Pode ficar mais rápida cobrança de dívidas previdenciárias

PÁGINA 4

PONTES QUER ISENTAR DESEMPREGADOS DE TAXA DO CPF

O senador Luiz Pontes apresentou projeto que isenta desempregados e cidadãos de baixa renda do pagamento de qualquer taxa para a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). Hoje, a emissão do documento só é gratuita nos postos de atendimento da Receita Federal. Nas localidades onde não existem unidades da Receita habilitadas para prestar o serviço, a inscrição do cidadão no CPF fica exclusivamente a cargo dos Correios, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que cobram uma taxa de R\$ 4,50. “Não se deve cobrar daqueles sem recursos suficientes sequer para a satisfação de suas necessidades mais prementes”, justifica Pontes.

PÁGINA 2

Heloísa questiona os resultados da política educacional

PÁGINA 3

CE avalia exibição obrigatória de filmes nacionais

PÁGINA 4

Qual é a tarifa atual

As entidades conveniadas poderão cobrar dos interessados tarifa correspondente aos serviços de atendimento, processamento, emissão e postagem dos documentos de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)

Os convênios com o Banco do Brasil, CEF e ECT prevêem a cobrança de tarifa para emissão e remessa ao contribuinte do cartão CPF de plástico nas cores azul e branca, no valor de R\$ 4,50

Fonte: Home Page da Secretaria da Receita Federal

SUBCOMISSÃO VAI REEXAMINAR LEGISLAÇÃO SOBRE ARO

PÁGINA 2

Subcomissão analisa antecipações de receitas

Operações acertadas entre governadores ou prefeitos e contribuintes, com objetivo de garantir recolhimento antecipado de tributos aos cofres públicos, serão examinadas por senadores da Comissão de Assuntos Econômicos

As antecipações de receitas que vêm sendo praticadas por alguns estados e municípios brasileiros serão analisadas por um grupo de senadores da Comissão de Assuntos Econômicos. Eles vão compor uma subcomissão específica para debater a matéria e outras alterações na Resolução nº 78 do Senado, que trata desse assunto.

A prática de fazer antecipações de receitas gerou polêmica no início do ano entre os senadores da CAE. O processo consiste em operações acertadas entre governadores ou prefeitos e contribuintes de tributos, como o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), para que esses contribuintes recolham, antecipadamente, as receitas aos cofres



Althoff apresentou projeto de resolução para regulamentar antecipações de receitas

estaduais ou municipais.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), que faz parte da comissão, apresentou projeto de resolução

no sentido de regulamentar esse tipo de procedimento, considerando-o como uma operação de crédito e que deve, portanto, ser

submetida à avaliação do Senado. ENDIVIDAMENTO

Ele explica, na justificativa do projeto, que a entrada de recursos nesses termos não está vinculada ao exercício da atividade pública, no caso o recebimento de um tributo devido, mas a uma antecipação de receita tributária futura.

— Há uma clara elevação do nível de endividamento dos entes da Federação, por meio do comprometimento dos orçamentos futuros — esclarece.

A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), que, no entanto, sugeriu a criação de uma subcomissão para examinar mais detalhadamente o projeto e ou-

tras alterações na Resolução nº 78, objetivando adequá-la à Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada recentemente.

Entre as propostas feitas por Althoff, consta a determinação de que as antecipações de receita, contratadas diretamente com os contribuintes, deverão ser — assim como as demais operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) — liquidadas até dez dias úteis antes do encerramento do exercício em que forem contratadas.

Dessa maneira, os administradores públicos que porventura não venham a ser reeleitos não poderão deixar dívidas oriundas desses acordos para os governadores e prefeitos seguintes.

Senado homenageia servidora de 100 anos

O Senado aprovou voto de louvor em homenagem à servidora Ana Augusta Dias da Cunha Amazonas, que ontem completou 100 anos de idade. Ana Augusta foi admitida no Senado em 6 de junho de 1949, como datilógrafa. Com o cargo de oficial legislativo, ocupou várias funções até a aposentadoria, em 22 de janeiro de 1964.

Natural de Laguna, Santa Catarina, a professora normalista começou a trabalhar em 1918, no governo de Santa Catarina, onde permaneceu até 1940.

No Senado, Ana Augusta deixou a imagem de funcionária exemplar e querida por todos os seus colegas, tendo se destacado por sua disciplina, competência e responsabilidade.

Pontes propõe fim da cobrança de emissão de CPF para pessoas de baixa renda

Desempregados e cidadãos de baixa renda poderão obter suas respectivas inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sem precisar pagar qualquer taxa. A isenção está prevista no projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa e aguardando a votação de parecer do relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Em sua justificativa, Luiz Pontes lembra que, embora não seja obrigatória, a inscrição no CPF é condição essencial do exercício da cidadania. “Nenhuma relação creditícia ou comercial é celebrada atualmente sem que o proponente faça prova de estar regularmente inscrito no CPF”, assinou o autor da proposta.

Além disso, Pontes também chama a atenção para o fato de



Luiz Pontes observa que o CPF é essencial para o exercício da cidadania

que o CPF é, hoje, o principal documento de comprovação de identidade do cidadão, “mais importante até que o registro civil de nascimento”, afirmou. Além disso, sustentou, o documento só é gratuito quando solicitado nas repartições da Secretaria da Receita Federal.

— Nas localidades que não dispõem de agências da Receita Federal, as pessoas que necessitem obter o CPF devem dirigir-se ao Correio, ao Banco do Brasil ou à Caixa Econômica Federal, pagando tarifa de aproximadamente R\$ 5. Nada se deve cobrar, a título de custas de emissão de documento público, daqueles que não possuem sequer recursos suficientes para a satisfação de suas necessidades mais prementes — explicou Pontes.

Jefferson Péres, em seu relatório, é favorável à proposta e concorda com Luiz Pontes no que diz respeito ao exercício da cidadania. Ele destaca as novas situações em que o documento vem sendo exigido, como matrícula dos filhos em escola, inscrição do vestibular, acesso a serviços de saúde pública e de assistência social e até na admissão como fiel de certas igrejas evangélicas.

Brasil 500



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30h — Sessão não deliberativa

ESPECIAL

12h — Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Vovó...zona*, de Raja Gosnell.
Auditório Petrônio Portella.

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quinta-feira
10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquêas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores debatem propostas contra a violência

O combate à violência tem sido preocupação permanente do Senado. Ontem, em Plenário, o tema foi amplamente debatido. Para o senador Ribamar Fiquene, a presença das Forças Armadas nas ruas é fundamental para garantir a segurança pública nas



Fiquene quer a presença das Forças Armadas nas ruas

O senador Ribamar Fiquene (PFL-MA) manifestou seu apoio à proposta defendida

pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de as Forças Armadas colaborarem com seus efetivos para a segurança pública das cidades brasileiras. Segundo disse, “a guerra interna promovida pelos bandidos está merecendo cuidados enérgicos”. Ele afirmou ainda que atualmente os conflitos são especialmente internos, e não externos, com o agravante de terem um potencial de desestruturação social capaz de fragmentar os Estados nacionais, como estaria ocorrendo nos países do Leste Europeu e da África.

— O que exigimos é que ao menos se aceite debater a questão, pois a situação, tal como está, não pode ficar — afirmou.

O senador acredita que, como aconteceu durante a Eco-92, a presença das Forças Armadas nas ruas teria tal efeito de dissuasão e prevenção que modificaria o cenário da criminalidade, especialmente no que diz respeito ao trá-

fico de drogas nas cercanias de estabelecimentos de ensino.

O fato de participar da segurança pública interna não implicaria, conforme o senador, o abandono, pelas Forças Armadas, de suas funções próprias. No seu entendimento, a infantaria das três Armas poderia ser muito mais útil ao país do que vem sendo, num momento em que o papel das Forças Armadas “não pode se restringir à defesa em relação aos agressores externos”.

Para assumir seu papel no combate à violência urbana, observou Fiquene, os efetivos militares devem ter treinamento adicional, sendo também necessária a aquisição de equipamentos adequados à nova função.

Segundo Ribamar Fiquene, o aumento da violência urbana não pode ser atribuído ao atual governo. As causas do problema, disse, são múltiplas, complexas e profundas, reclamando soluções de longo prazo. Ao mesmo tempo, acrescentou, a situação chegou a tal ponto de gravidade que cobra providências emergenciais.

grandes cidades, como propõe o senador Antonio Carlos Magalhães. Já Pedro Simon propõe a implantação do serviço civil voluntário. A medida, afirma, possibilitará aos jovens, sobretudo os mais carentes, oportunidades de escapar da marginalidade.



Simon defende criação de serviço civil voluntário

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a implantação de serviço civil voluntário no Brasil, remunerado ou não, para combater a violência nas ruas e como alternativa para possibilitar aos jovens, sobretudo os mais carentes, a oportunidade de escapar da marginalidade. Ele lembrou que, quando governou o Rio Grande do Sul, entre 1987 e 1990, criou o serviço na Brigada Militar, como é chamada a polícia militar gaúcha. Estudantes entre 10 e 14 anos aprendiam nos quartéis a marchar, cantar e desempenhar outras atividades específicas, em troca de uma remuneração.

— Hoje, quando o jovem completa 17 ou 18 anos e procura um emprego, não encontra. Quer ter sua casinha, não tem condições. A sociedade nada lhe oferece. Muitas vezes o pai está desempregado, é separado da mãe. Alguns desses jovens são criados nas ruas, não sabem ler ou escrever, não têm presente ou futuro.

Instituir o serviço civil voluntário represen-

ta, na opinião do senador, a oportunidade para que muitos jovens deixem a vida nas ruas. Simon lembrou que projeto de sua autoria estabelecendo o serviço voluntário tramita no Congresso Nacional.

Pedro Simon também defendeu a volta do Projeto Rondon, extinto em 1991. O programa foi criado em meados dos anos 60 com o objetivo de integrar o país por meio do trabalho voluntário de universitários recém-formados. Eles desempenhavam suas atividades em comunidades carentes, sobretudo na região Norte. “É difícil acreditar que projeto tão importante, com grande significado e alcance social, tenha acabado por falta de recursos”.

Outra proposta apresentada por Simon, endereçada ao presidente da República, refere-se à implantação de um grande programa que tenha como base o trabalho comunitário e solidário. Ele sugeriu que, após as eleições municipais, Fernando Henrique estabeleça uma parceria com a sociedade. “O governo entraria com os recursos e os cidadãos com o trabalho.”

Heloísa critica omissão do governo na área da educação

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou ontem o balanço dos programas sociais do governo apresentados em cadeia nacional pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, classificando os dados relativos à educação como “propaganda enganosa”.



Heloísa: governo faz “propaganda enganosa” sobre a educação

De acordo com os dados divulgados pelo presidente, durante seu governo 37 milhões de estudantes na faixa etária entre sete e 14 anos de idade estão frequentando a escola; mais de um milhão de famílias receberam bolsa-escola; e o número de matrículas aumentou em mais de 40%. Segundo Heloísa Helena, o presidente omitiu o abandono do atendimento escolar das crianças até seis anos de idade, da creche à pré-escola. “Apenas 2% dessa população está sendo atendida pelo poder público”, protestou.

Em relação ao ensino fundamental, Heloísa Helena disse que “é o cúmulo da demagogia” o governo ostentar aquilo que é sua obrigação constitucional. Pela Constituição, o ensino fundamental é o único nível que deve ser oferecido obrigatoriamente

pelo governo e que envolve, além das crianças de sete a 14 anos, os jovens com defasagem escolar.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) observou que o governo é composto de “brasileiros contrariados, pessoas alienadas, que gostariam de estar num bom restaurante em Paris, em Londres ou dando palestras em Nova York sobre o irreal”. Lauro criticou a proposta do presidente de, até o final do governo, colocar um aparelho de TV em cada sala de aula, “onde o quadro negro já foi destruído, onde não há uma caixa de giz”.

Lauro doará uma fazenda de 400 hectares aos sem-terra

O senador Lauro Campos (PT-DF) anunciou ontem em Plenário que irá doar sua fazenda de 400 hectares, localizada no município mineiro de Unai, aos trabalhadores sem-terra. Lauro criticou o programa de reforma agrária do governo

federal e a proteção dada pelo Exército à fazenda de propriedade dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Antes pertencente ao próprio presidente e ao falecido ministro das Comunicações, Sérgio Motta, a fazenda tem sido ameaçada de ocupação por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST):

— Recebi essa fazenda como herança e nunca trabalhei ali, tendo visitado o local apenas quatro vezes. Portanto não posso me considerar proprietário — disse o senador.



Lauro: fazenda no município mineiro de Unai foi herança do pai

Lauro afirmou que pretende convencer seus dois irmãos a fazer o mesmo em relação a suas fazendas, cada uma com 400 hectares, situadas junto à gleba em seu nome. A área total é o que sobrou de uma propriedade de três mil hectares adquirida em 1925 pelo pai do senador.

O parlamentar disse que pretende fazer a doação — em cartório e diretamente ao MST — o mais rapidamente possível, sem o drama que está se desenrolando na fazenda dos filhos do presidente, localizada no município de Buritis, também em Minas Gerais. Segundo ele, os sem terra darão, “com seu trabalho”, destino mais apropriado à fazenda.

O anúncio da doação foi feito ao final de discurso em que o senador pelo PT do Distrito Federal analisou a evolução do capitalismo.

Bessa elogia congresso do Ministério Público

Crime organizado, máfia, tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro são alguns dos temas a serem debatidos no I Congresso Mundial do Ministério Público, que se realiza entre os dias 20 e 23 deste mês em São Paulo. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) elogiou, em discurso no Plenário ontem, a iniciativa da Associação Paulista do Ministério Público em organizar o evento.

Espera-se no congresso, que tem como tema *O Ministério Público e a Criminalidade Contemporânea*, a presença de cerca de 1.600 promotores e procuradores de Justiça brasileiros e 400 membros de órgãos similares de outros países.



Bessa elogiou temas que serão abordados durante o congresso

Execução de dívida previdenciária pode mudar

Conforme projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, devem ser alterados procedimentos da Justiça do Trabalho para acelerar o pagamento das contribuições à Previdência, regulamentando artigo da Constituição



Lúcio Alcântara: o projeto, que regulamenta artigo da Constituição, deve ser aprovado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em sua última reunião projeto do Poder Executivo que modifica procedimentos da Justiça do Trabalho para a execução de contribuições devidas à Previdência Social. A proposta altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com o objetivo de acelerar o recolhimento de dívidas previdenciárias.

Segundo o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que apresen-

tou relatório favorável ao projeto, as mudanças propostas pelo governo tornam mais rápidas e eficientes as cobranças de dívidas com a Previdência. A Constituição já estabelece que contribuições sociais decorrentes de sentenças da Justiça do Trabalho sejam executadas imediatamente, de ofício, pelo próprio tribunal trabalhista. Faltava, no entanto, regulamentar o procedimento.

O projeto aprovado pela CCJ determina, entre outras mudan-

ças, que as varas trabalhistas indiquem a natureza jurídica das dívidas, já que contribuições previdenciárias podem incidir apenas sobre valores salariais. Também torna desnecessário que o devedor espere o fim do procedimento judicial para efetuar seu pagamento. Eventuais diferenças serão cobradas posteriormente.

No caso de liquidações de contas, as partes em litígio na Justiça do Trabalho serão previamente intimadas a apresentar a demonstração

das contribuições devidas, com prazo de dez dias para impugnação. Os embargos e impugnações serão julgados na mesma sentença.

Dados fornecidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, citados no relatório de Lúcio Alcântara, revelam que, somente entre os meses de julho de 1999 e fevereiro de 2000, foram arrecadados cerca de R\$ 315 milhões em contribuições à Previdência como consequência de reclamações trabalhistas.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h - Saúde/Unip - Reposição hormonal
6h30 - Debate - A cineasta Tizuka Yamasaki e o adido cultural do Japão, Nobuko Yamaguchi, falam das relações Brasil-Japão
7h30 - Especial - Palestra com o presidente da Venezuela, Hugo Chaves
8h - Jornal do Senado
8h30 - TV Escola - Crônicas da terra - Piaget
9h - Série Abrolhos - parte 2
9h30 - Entrevista - Dr. Lury Rocha fala sobre a quiropraxia
10h - SBPC - Biodiversidade e desenvolvimento de fitoterápicos no Brasil (gravado)
11h - Entrevista - Ministro Almir Pazzianotto, presidente do TST
12h - Série Abrolhos - parte 2
12h30 - Especial - Palestra com o presidente da Venezuela, Hugo Chaves
13h - Cores do Brasil - Pernambuco
13h30 - Debate - A cineasta Tizuka Yamasaki e o adido cultural do Japão, Nobuko Yamaguchi
14h30 - Sessão Plenária (vivo)
18h30 - Entrevista - Dr. Lury Rocha

19h - Cores do Brasil - São Luís do Maranhão
19h30 - Debate - A cineasta Tizuka Yamasaki e o adido cultural do Japão, Nobuko Yamaguchi
20h30 - Especial - Palestra com o presidente da Venezuela, Hugo Chaves
21h - Jornal do Senado
21h30 - Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - A Voz do Brasil
Em seguida - Música e Informação
20h30 - Senado em Linha Direta - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CCJ analisa a criação de 173 cargos para o TRT em Goiás

O projeto que cria 173 cargos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, em Goiás, recebeu parecer favorável do relator, senador Iris Rezende (PMDB-GO), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com origem no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em 1994, a proposta já aprovada pela Câmara veda a nomeação de parentes, até o terceiro grau, de juízes e procuradores, mesmo se aposentados há menos de cinco anos.

Todas as vagas serão preenchidas por concurso e deverão ter caráter permanente. O cargo com maior número de vagas é o de técnico judiciário: 43. Há ainda 40 vagas para auxiliar judiciário e 26 para contador.

De acordo com a justificativa do presidente do TST à época, Orlando Teixeira da Costa, acolhida por Iris Rezende, as estatísticas referentes à Justiça trabalhista em Goiás demonstram o grande crescimento na quantidade de litígios e a insuficiência de recursos humanos disponíveis. O senador salientou que há disponibilidade de recursos orçamentários, no âmbito do TST, para absorção da despesa com o pessoal a ser contratado.



José Roberto Arruda é autor da proposta, que recebeu parecer favorável do senador José Fogaça, defensor de um maior controle dos filmes estrangeiros



CE examinará projeto que protege o cinema brasileiro

A Comissão de Educação (CE) deverá examinar em sua próxima reunião, prevista para o dia 3 de outubro, projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que garante um número mínimo de dias à exibição de filmes de longa-metragem brasileiros nas salas de cinema. A proposta altera a Lei nº 8.401, que trata do controle das obras audiovisuais, e foi relatado favoravelmente pelo senador José Fogaça (PMDB-RS).

De acordo com o projeto, as empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de cinemas terão de exibir filmes nacionais pelo menos 49 dias por ano. A exigência deverá vigorar por dez anos. Esse número será gradualmente aumentado até atingir o patamar mínimo de 90 dias anuais, a ser alcançado até os dois últimos anos de vigência da lei.

O projeto estabelece ainda que as locadoras de vídeo mantenham em seu acervo de títulos pelo menos 15% de obras brasileiras. O percentual deverá atingir 30% nos dois últimos anos de vigência da lei.

Fogaça destaca, em seu relatório, a intenção do autor de proteger a indústria cinematográfica brasileira e, ao mesmo tempo, restringir o mercado para a produção estrangeira.

— A inspiração para a iniciativa vem da indignação da sociedade brasileira contra a enorme e nefasta influência exercida pelas produções estrangeiras, que ocupam maciçamente os espaços de exibição no país, produções essas, em sua maioria, de baixíssima qualidade, com conteúdo indutor de sexo e violência — diz o relator em seu parecer.

Embora tenha se manifestado de acordo com o projeto no que diz respeito ao exame, pelo Conselho de Comunicação Social, dos títulos importados, e à realização de uma seleção, com aumento da taxa de importação sobre produtos de qualidade discutível, Fogaça ofereceu emendas que mantêm a sobretaxa, excluindo a seleção prévia.

— Ocorre que o conselho, embora legalmente criado, não se encontra instalado, inviabilizando a prerrogativa a ele atribuída pelo projeto — justificou.

Fogaça reconhece, entretanto, que a seleção proposta por Arruda poderia ser medida eficaz para evitar a estratégia de incluir em um mesmo pacote o "lixo cultural", ou seja, "os sucessos de indiscutível valor artístico e cultural com produções de qualidade duvidosa e de conteúdos nocivos", como fazem os distribuidores estrangeiros.



Iris Rezende, o relator, deu parecer favorável à proposta

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7